

Política de Privacidade

SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DADOS. (“SISTEMA DOMICILIADO”)

O Sistema de Proteção de dados denominado **Sistema Domiciliado**.

Na posição de controlador de dados, respeita a privacidade e dados pessoais.

Em cumprimento às leis em vigor, através desta Política de Privacidade descrevemos como informações e dados pessoais são tratados, e como os seus direitos como Titular são respeitados.

Em caso de qualquer dúvida, nosso Encarregado (Data Protection Officer) está à disposição para esclarecimentos necessários, nos endereços disponíveis ao final deste documento.

O seu consentimento claro, expresso e inequívoco para esta política de privacidade ocorre no momento em que clicar em “concluir o cadastro no **Sistema de Proteção de Dados Domiciliado**” e significa que você concorda com o processamento de seus dados pessoais a fim de evitar fraudes de terceiros em seu nome utilizando de seus dados.

Os dados pessoais poderão ser compartilhados com parceiros, o que ocorre somente nos casos em que você ou alguém usando seus dados requeira um serviço, que esteja compreendido nos serviços prestados pelo **SISTEMA DOMICILIADO** Parceiros, somente com o seu expresso consentimento.

É de obrigação do Titular dos dados verificar em sua conta na plataforma DOMICILIADO se há consulta de seus dados que não foi feita por ele.

É de obrigação do Titular responder a consulta dando aval na checagem de seus dados e consentir ou protestar via sistema ficando no histórico permanente de suas ações servindo como prova para eventuais situações jurídicas futuras.

As Empresas que não solicitar o consentimento corre risco de sofrer processos por consulta de Dados indevido, e/ou por fechar contrato com CPF e dados roubados.

Conforme legislação vigente, haverá responsabilidade solidária do SISTEMA DOMICILIADO e seus parceiros quanto aos dados pessoais compartilhados

para evitar fraudes e prejuízo tanto para empresas quanto para o Titular dos dados, tudo de acordo com a Lei **Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD** (Lei 13.709/2018), conforme link oficial que segue: [Lei Geral de Proteção de Dados](#)

Ressaltamos que o **Sistema Domiciliado** oferece a você Proteção para seus dados, informações e ferramentas tecnológicas que auxiliam na formação de documentos e protestos de acesso a seus dados pessoais sem sua autorização.

Atuando também com comunicação de caráter informativo quanto a constituição de 1988 e legislação de modo geral nos direitos constitucionais.

O **Sistema Domiciliado** é uma plataforma tecnológica e não presta serviços advocatícios.

Prestamos suporte jurídico para fazer valer o Documento impresso em nosso Sistema, que é um documento construindo de autoria própria dando valor jurídico ao documento quando assinado dando fé ao documento individual.

As empresas podem atestar a veracidade dos dados em tempo real e oportuniza ações, Cível, criminal ou Administrativo e evitar fraudes em cadastros e contratos.

Recomendamos a contratação de um especialista caso tenha a necessidade de receber um aconselhamento jurídico específico para cada caso.

1. Quais informações pessoais coletamos?

Coletamos os dados pessoais de que precisamos para fornecer nossos serviços de proteção de dados e impressão de documentos.

Conforme legislação aplicável, dado pessoal é qualquer informação que identifique uma pessoa ou permita a sua identificação.

Quando você se registra no site, coletamos nomes, números de documentos, Fotos, Endereços de E-mail, Números de Telefone, Endereços de IP, Endereço de Residência, Filiação e cookies (que serão explicados melhor abaixo).

Não recebemos informações ou dados pessoais por meio de um parceiro, todos os dados são inseridos no **SISTEMA DOMICILIADO** pelo próprio cidadão, configurando as responsabilidades pela informação que prestam, com responsabilidade inclusive criminal conforme previstos em leis.

É cabível nesta seara salientar o disposto no art. 5º da Carta Magna Brasileira, em seu inciso II que afirma: "... Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; ..." Que por suas palavras traduz o Princípio da legalidade expressa.

O relator Elias Nunes Presidente Executivo no Sistema Domiciliado fundamentou que, diante de inúmeras e notórias fraudes cometidas em abertura de créditos é imprescindível a obrigatoriedade do cadastro e documento impresso de Comprovação de Residência Individual.

O Sistema DOMICILIADO se molda aos ditames da lei 7.115 e prevê sanções até mais brandas que as aplicadas no art. 299 do CPB.

No caso, o Sistema Domiciliado equipara em todos os sentidos o papel da declaração de Dados, e imputa força comprobatória sobre o mesmo, tornando-o assim irrefutável e imprescindível.

Como a declaração importa na eventual responsabilização criminal das informações contidas e prestadas: caso as informações imputadas sejam inverídicas, nos termos do art. 299 do Código Penal, há maior eficácia no que tange a declaração com assinatura do titular dos dados, conferindo, dessa forma proteção jurídica ao prestador de serviço de boa-fé.

A responsabilização cível e/ou criminal consta de diversos diplomas legais, dos quais destacamos o Art. 30 da lei 6015: "§ 3º A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e criminal do interessado", (Incluído pela Lei nº 9.534, de 1997) Por igual sorte preclara o art. 2º da Lei nº 7.115/83: "Art 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável".

Ainda consta do caput do art.350 da Lei 4.737/65 (Código Eleitoral): "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dêle devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais: Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e

pagamento de 3 a 10 Dias multa se o documento é particular.”

Na falsidade ideológica o documento é plenamente válido, bem como o canal de expressão é formalmente admissível em direito, muito embora a mácula, a violação do direito repousa em seu conteúdo.

Reforça Elias Nunes que “a falsidade ideológica afeta contratos e documentos em sua parte intrínseca, em seu valor ideativo”. Ele também estatui que o sujeito ativo poderá redigir o próprio CADASTRO, caso em que configurara a autoria imediata.

O esboço aqui delineado poderá servir como eventual moldura típica (se perfeito o fato típico conscrito no art. 299 do CP), já que a declaração da informação e de dados pessoais é um ato privativo do interessado, além de constituir um instrumento particular declaratório com responsabilidades mediante as legislações aplicáveis a falsidade da informação. Por esta via, a falsidade na declaração dos dados pessoais está intimamente relacionada ao conteúdo material.

O art. 299 do CP estabelece a Pena como de reclusão, de um a cinco anos, e multa, se for para finalidade pública, e reclusão de um a três anos, e multa, se a finalidade for particular.

A responsabilidade criminal, cível e administrativo do cadastro é inteiramente do Titular dos Dados Declarados.

Lembrando sempre que é de responsabilidade das Empresas parceiras comprovar via Sistema. Checar dados e informações utilizando das ferramentas disponível para aplicabilidade das sanções se necessário, e que está autorizado a utilizar os dados solicitando ao Titular que são inseridos na plataforma da de **Proteção de Dados**.

Sempre o Titular dos dados é quem deve autorizar o tratamento ou não, sobre as responsabilidades expressa de que suas informações sejam utilizadas.

Caso você acesse o site utilizando serviços de terceiros, como mídias sociais, o **Sistema Domiciliado** requisitará novamente as permissões necessárias, podendo utilizar as informações já autorizadas.

Independendo do tipo de Sexo ou idade, podemos coletar outras informações pessoais, necessárias para formatar documentos ou para

proteção de dados, e proteção financeira contra fraudes, como endereço completo, situação familiar, designação da propriedade, número de cartão SUS e outros.

Para formatar determinados documentos ou atestar a veracidade dos dados prestados, também solicitamos informações pessoais de outras pessoas interligados no cadastro do titular, por exemplo pessoas que residem com o Titular no mesmo endereço cadastrado.

O mesmo se aplica se você, como Titular, usuário de nosso serviço de gerenciamento de contratos, armazenar documentos que contêm dados pessoais de outras pessoas sempre as responsabilidades sobre a veracidade dos dados é de cada uma das partes, para sua segurança e proteção de seus Dados e Termos de Evidências, bem como para fins de Proteção e desenvolvimento de negócios, mantenha sempre seus dados verdadeiros e atualizados.

Aplicando a proteção de dados.

Podemos coletar informações pessoais e sempre registrar e documentar seus acessos em nosso site e sua comunicação conosco e/ou com Empresas contratante de nossos Serviços de **Proteção de Dados**, e checagem de veracidade da informação.

Coletamos também o nome, endereço de e-mail e número de telefone de nossos parceiros e pessoas de contato, bem como qualquer outra informação pessoal contida em e-mails.

Todos os dados relacionados aos pagamentos serão armazenados com a finalidade de cobrança do produto adquirido, bem como, para cumprir com a legislação tributária, podendo ainda ser utilizado na emissão de notas fiscais e demais obrigações legais.

2. Como coletamos informações pessoais

Coletamos informações pessoais de forma direta que é quando você se registra em nosso Sistema ou usa nossos serviços, bem como Documentos que emitimos, inclusive quando nos contata por telefone chat de suporte e e-mail.

Em determinadas circunstâncias, pode ser necessário coletarmos informações pessoais de terceiros. Principalmente na hora de contatar pessoas que residem no mesmo endereço do titular do CPF consultado, afim de comprovar sua residência e coletar dados de referências.

Também coletamos informações quando você usa o site, coletamos informações sobre seu navegador e sua atividade. Coletamos essas informações por meio de cookies, sobre os quais daremos mais informações no item 10.

Para os fins descritos nesta **Política de Privacidade**, as informações pessoais também podem ser coletadas e inseridas ou atualizadas por funcionários público, exemplo é quando uma pessoa sem instrução educacional procurar a PROVOPAR para requerer auxílios do governo.

Os funcionários Público podem redigir um novo cadastro ou editar/atualizar um existente e ainda as responsabilidades fica sobre o declarante titular dos dados, sobre pena de reclusão conforme disposto na Lei: 4.737/65 (Código Eleitoral): "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dêle devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais: Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular."

O que nos permite coletar seus dados pessoais é o seu consentimento, e para tal devemos cumprir o acordo que temos com você e que fica aqui registrado.

É nosso dever proteger seus Dados Pessoais, de importância fundamental para cumprirmos com a legislação vigente.

3. Porque utilizamos os seus dados pessoais

Processamos os dados pessoais para gerir a nossa relação com você e preparar, disponibilizar e administrar o acesso aos nossos produtos e prestação de serviços (Emissão de documento e Proteção de dados).

Também podemos usar seus dados pessoais sensíveis com a finalidade de fornecer serviços adicionais, para conduzir pesquisas de clientes, análises de mercado, estatísticas e gerenciamento de risco e para sermos capazes de desenvolver e melhorar nossos produtos e serviços.

Podemos também, utilizar seus dados pessoais para enviar e-mails a respeito de consulta e acesso a seus dados por empresas parceiras, conforme seu consentimento expresso, afim de proteger seus dados e proteger seu score e proteger o setor financeiro brasileiro.

Também processamos seus dados pessoais para cumprir com obrigações legais ou regulatórias em caso de requerimento do poder público.

4. Quem pode ter acesso aos seus dados pessoais?

Processamos os seus dados pessoais principalmente para proteger seu score e proteger seus dados de eventuais fraudes em seu nome, e assim proteger as empresas parceiras contratante do **SISTEMA DOMICILIADO** de futuro processos e de criminosos, neste caso podemos compartilhar os seus dados com estes parceiros.

Terceirizamos partes de nossas operações de TI para um provedor de serviços externo e seus dados pessoais são armazenados em nossos servidores.

Se recebermos seus dados pessoais por meio de um parceiro, podemos compartilhar as informações de volta com o parceiro nos casos em que você deu o seu expresso consentimento.

Caso ocorra, a transferência internacional de dados pessoais somente é realizada para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na legislação brasileira.

Podemos armazenar dados pessoais em servidores localizados fora do território nacional. O **Sistema Domiciliado** aplica todos os esforços no sentido de preservar a privacidade dos dados pessoais de seus Usuários.

O acesso as informações pessoais são restritas a servidores, parceiros e representantes do **Sistema Domiciliado** que necessitam saber essas informações para processá-las.

Todos os terceiros, parceiros e representantes com os quais o **Sistema Domiciliado** compartilha informações estão sujeitos a rigorosas obrigações de confidencialidade, podendo ser processados ou dispensados se deixarem de cumprir tais obrigações.

Assim, você autoriza expressamente que os seus dados pessoais sejam armazenados de acordo com as regras dispostas nesta Política.

5. Durante quanto tempo armazenamos os seus dados pessoais?

Para cumprimento da **Proteção de Dados** estes serão coletados por meio da plataforma de cadastros, sistemas e aplicativos sem data previa de exclusão, uma vez que, sempre será necessário confronta-los e comparar com dados fornecidos para contratos futuros, não sendo possível a exclusão dos servidores mesmo quando tiverem cumprido a(s) finalidade(s) para a(s) qual(is) foram coletadas, ou se o Titular solicitar a eliminação de seus dados pessoais. Só será excluído se por meio de decisão judicial e com sentença transitada condenatória.

Tratamos os seus dados pessoais durante o tempo necessário para o processamento dos serviços disponíveis em nossa plataforma, o que depende, entre outras coisas, se existe uma relação de prestação de serviços entre o **Sistema Domiciliado** e você.

O relacionamento com você surge quando alguma forma de contato por e-mail, telefone ou vídeo é estabelecida com o Sistema Domiciliado.

Há casos onde os dados poderão ser armazenados para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, não fazemos transferência a terceiro – desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na legislação aplicável.

6. Como protegemos seus dados pessoais?

A proteção de seus dados pessoais é de extrema importância para nós.

Implementamos medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais que você nos confiou contra acessos não autorizados, processamento ilegal ou divulgação de informações, perda não intencional, alteração ou destruição.

Nossos funcionários têm instruções detalhadas sobre como os dados pessoais devem ser tratados para cumprir as leis e regulamentos atuais para proteção de dados pessoais. Apenas o pessoal autorizado tem acesso aos seus dados pessoais, e com o seu consentimento autorizando via sistema pelo acesso administrativo ou e-mail de solicitação.

Além disso, garantimos que seus dados pessoais estão protegidos através do uso de firewalls, Criptografias e outros sistemas que detectam o uso não autorizado, alteração ou divulgação de seus dados pessoais.

7. Quais são os seus direitos

Como Usuário de nossos serviços, registrado em nossa plataforma você tem direitos e total controle em relação aos seus dados pessoais que estão armazenados em nosso banco de Dados, significam que você pode a qualquer momento:

- Ter acesso direto e informações sobre quais dados pessoais processamos sobre você e obter uma cópia desses dados pessoais;
- fazer as devidas correções de seus dados pessoais se forem insuficientes, incompletos ou incorretos;
- solicitar que seus dados pessoais sejam excluídos de nossa base;
- solicitar que limitemos o processamento de seus dados pessoais;
- não permitir determinado processamento de seus dados pessoais; requerer seus dados pessoais (somente os fornecidos por você), em um formato escrito ou eletrônico disponível por acesso na página de usuário.

Lembre-se que podemos negar seu pedido de exclusão por obrigações legais de proteção contra fraudes em seu nome e obrigações legais que nos impeçam de excluir.

Essas obrigações podem ser decorrentes de legislação contábil, tributária e trabalhista ou de direito do consumidor e **Sistema de Proteção de Dados** contra fraudes financeira. O tratamento é necessário para que possamos obter ou disponibilizar informações, fazer valer ou defender requerimentos legais.

Se não formos capazes de atender ao seu pedido de exclusão devido aos motivos acima, poderá ser analisado determinação judicial a anonimização de alguns dados. O acesso aos seus dados pessoais anonimizados será estritamente limitado por nós e só você terá a oportunidade de solicitar esses dados.

Se desejar solicitar algum dos direitos acima, envie um pedido assinado, incluindo uma cópia do documento de identificação, por correio para o **Sistema Domiciliado Tecnologia Ltda.**, para: Encarregado de Proteção de Dados, AV XXV de Júlio 963 Ramilândia Paraná - PR, ou digitalize um pedido

assinado incluindo documento de identidade para protecaodedados@domiciliado.com.br

8. Seu direito de enviar reclamações à autoridade nacional

Queremos com esta política de privacidade que você tenha total clareza e confiança em como tratamos seus dados pessoais, mas se houver alguma dúvida, comentários e sugestões, nos envie nos endereços disponibilizados.

Ainda, você tem o direito de apresentar uma reclamação para a **Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD**, caso acredite que nosso processamento de dados pessoais viole os seus direitos e interesses de acordo com a legislação aplicável.

9. Como nos contatar

Entre em contato com o nosso Encarregado para exercer os seus direitos (o pedido deve ser assinado com uma cópia do documento de identificação):

Sistema Domiciliado Tecnologia Ltda.

A/C Encarregado de Proteção de Dados

AV XXV de Júlio 963 Ramilândia Paraná - PR

Se você tiver alguma dúvida sobre o nosso processamento de dados pessoais, entre em contato com nosso Encarregado de proteção de dados, que pode ser contatado em: protecaodedados@domiciliado.com.br

10. Sobre esta política de privacidade

Nos reservamos o direito de atualizar, alterar e modificar esta Política de Privacidade periodicamente e em todos os casos publicaremos a versão atualizada em nosso site e indicaremos a data da alteração.

Se as mudanças forem extensas, também poderemos informá-lo de outras formas, como por e-mail.

A versão atualizada da Política de Privacidade se aplicará a todas as informações pessoais mantidas pelo **Sistema Domiciliado** até o momento.

11. Do consentimento

Aqui apenas firmamos o nosso compromisso de sempre prestar a melhor informação, com clareza e sempre acessível aos nossos clientes e parceiros.

Após a leitura deste documento, você concorda que a política de privacidade do **Sistema Domiciliado** foi suficientemente descrita, cumprindo a LEI com seu dever de informação e privacidade.

Assim, ao clicar em “**concluir seu cadastro**” você consente de maneira espontânea e expressa com estes termos e aceita todas as suas disposições ficando a disposição das legislações aplicável a tratamento de dados e da litigância de boa-fé.

Última atualização: 15 de MAIO de 2021.